

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

**1º Ten AI FLAVIA COSTA RORIZ ARRUDA e 1º Ten AI KÉTERIN LAMBERT
DOURADO MAZARGÃO**

flavia_cra@hotmail.com e draketerinlambert@gmail.com

Orientadora: 2º Ten FERNANDA ORLANDINI

Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro – RJ

RESUMO

O presente trabalho analisa os protocolos e manuais referentes ao atendimento de saúde em campanhas ou operações com a finalidade de verificar se a literatura existente é diretamente aplicável às necessidades de orientação das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), se há necessidade de adaptações ou, ainda, se há a necessidade de se desenvolver um material específico para este tipo de operação militar. Para fins de comparação e análise, foram elencados protocolos tanto no meio militar quanto no meio civil, bem como os tipos, as condições e características das Op GLO e verificado o relacionamento entre eles. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, que se baseou em revisão de literatura existente. Como resultado verificou-se que os protocolos e manuais existentes se complementam de forma a estruturar, não isoladamente, mas como referências para a ação do serviço de saúde do exército nas operações terrestres em geral, inclusive, as Op GLO, base deste estudo.

Palavras-chave: Atendimento médico. Operações militares. Pré-hospitalar. Garantia da lei e da ordem. Atendimento emergencial.

ABSTRACT

The present work analyzes the protocols and manuals related to health care in military campaigns or operations, verifying the existing literature and if they are directly applicable for guidance of “Operações de Garantia da lei e da Ordem” - law and order guarantee operations (Op GLO), verifying also the need of adaptations of these protocols, and if there is still a need to develop specific

material for this type of military operation. For purposes of comparison and analysis, protocols were identified in both the military and civilian environments, as well as types of operations, such as conditions and characteristics and the relationship between them. The present work is, therefore, a qualitative and exploratory research, based on the review of the existing literature. As a result, it was verified the existing protocols and manuals complement each other as references for an army health service action in land operations in general, including, as Op GLO, base of this study.

Keywords: Medical care. Military operations. Prehospital. Guarantee of law and order. Emergency care.

1. INTRODUÇÃO

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem já eram previstas em lei antes da Constituição de 1988 ser promulgada e vieram ser reguladas após a Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu Art. 142, a partir da Lei Complementar 97 de 1999 e pelo Decreto 3897 de 2001, onde foram concedidos provisoriamente aos militares a atuação com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade. Desde a década de 1990 o emprego das Forças Armadas (FA) na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) tem sido cada vez mais frequente nos Estados brasileiros conforme estabelecido Ministério da Defesa em seu site, (acesso de junho a setembro de 2020).

A Portaria Normativa nº 186 do Ministério da Defesa de 31 de janeiro de 2014 define as Op GLO como uma “operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos”. A diversidade de missões a serem executadas e a variedade de situações que poderão ocorrer exigirão, em cada caso, um cuidadoso estudo das condicionantes para o emprego das FA e para a adoção das medidas e ações adequadas às situações apresentadas.

O Manual de Campanha de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico do Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (COTER, 2018) do

Ministério da Defesa, aponta que o APH Militar diferencia-se do APH Convencional por diversos fatores, como segurança da área, acesso a ressurgimento de material básico, distância de estruturas hospitalares, tempo de evacuação prolongado, entre outros. O manual ressalta, ainda, que o Serviço de Saúde do Exército é o responsável por planejar e executar o apoio de saúde aos militares em todas as ocasiões e que o APH deve ser estruturado em todas as atividades e operações do Exército Brasileiro (EB). Do exposto, entende-se que o potencial lesivo nas Op de GLO requer apoio médico e do serviço de saúde.

As adversidades enfrentadas pelo Serviço de Saúde do Exército típicas em operações militares, tal como as Op GLO, requerem uma padronização no atendimento de saúde bem como ampla divulgação para os responsáveis pelas condutas e aqueles que participam dos principais procedimentos a fim de garantir o melhor atendimento possível aos feridos nas mais diversas condições. Nesse cenário, o uso de fluxogramas e/ ou protocolos em atendimentos na área de saúde visam a padronização e otimização do atendimento. Como cita Cap Med Monique do Amaral (O emprego da saúde nas operações de segurança de grandes eventos: uma análise do apoio de saúde aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, 2018)

“Não existe na Doutrina Militar do EB, uma Diretriz para orientar o Planejamento de saúde no que tange as características específicas para uma Operação de Coordenação e Cooperação entre Agências”

No entanto, não foi identificado a existência de manual ou protocolo específico para o APH nas Op GLO. Neste contexto, este estudo se propõe a realizar um levantamento bibliográfico sobre os protocolos existentes para a atuação do Serviço de Saúde do Exército, bem como protocolos civis, quando aplicáveis, para: a) verificar se os protocolos já existentes de atendimento de saúde satisfazem as necessidades dos profissionais de saúde do exército nas Op GLO; b) verificar a necessidade da realização de adequações para atender peculiaridades das condições e características dos diversos tipos de Op GLO ou, até mesmo, da criação de um manual específico; e c) analisar a aplicabilidade de um protocolo único para o atendimento do serviço de saúde nas Op GLO.

2. METODOLOGIA

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para

o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou um estudo dos documentos relacionados às Op GLO, e à atuação do Sv Sau do Exército. Na sequência foram pesquisados os principais protocolos existentes para a atuação do Serviço de Saúde do Exército em apoio a operações, bem como demais protocolos de atendimento pré-hospitalar para fins de comparação. Então foram comparados os protocolos levantados e confrontados às necessidades específicas das Op GLO, para deste modo analisar a aplicabilidade dos protocolos levantados na finalidade proposta. Por fim, foi discutido sobre possíveis necessidades de adaptações pontuais para atender as peculiaridades das diversas operações.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, os conceitos de pesquisa qualitativa, pois a resposta ao problema será obtida através da análise sobre as possibilidades e limitações da aplicação dos protocolos de atendimento do Sv Sau em questão no âmbito das Op GLO do Exército.

Quanto ao objetivo geral, buscamos responder se há um protocolo em uso durante o atendimento de saúde pelas FA em Op GLO, tendo em vista a ausência de conteúdo específico para a finalidade proposta, o que exigiu análise de material diverso para ser confrontada com as peculiaridades das necessidades das operações em questão previstas em documentação oficial do Exército Brasileiro.

Iniciamos o delineamento da pesquisa com uma revisão de literatura no período de junho/1992 a junho/2020. Essa delimitação baseou-se na disponibilidade de material acerca das Op de GLO desde a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento a ECO-92 até as mais recentes operações de GLO relevantes até o momento de confecção deste, assim como dos manuais e protocolos militares e civis mais relevantes ao serviço de saúde do exército no mesmo período.

Foram utilizadas as palavras-chave, atendimento médico em operações; atendimento médico pré-hospitalar; atendimento médico em condições adversas; atuação do serviço de saúde em operações de garantia da lei e da ordem; atendimento médico com restrição de recursos; protocolos de atendimento pré-hospitalar para trauma;

Juntamente com seus correlatos em inglês, no google scholar , em outros sítios eletrônicos de procura na internet, Biblioteca do Exército, sítio do Ministério da Defesa, sendo selecionados apenas os artigos em português e inglês. O

sistema de busca foi complementado pela coleta manual de informações em fontes diversas.

a. Critério de inclusão:

- Peculiaridades das Op GLO;
- Protocolos de atendimento pré-hospitalar;
- Protocolos de atendimento em operações;
- Protocolos de atendimento com restrição de recursos; e
- Protocolos de atendimentos em condições adversas.

b. Critério de exclusão:

- Protocolos obsoletos; e
- Protocolos de atendimento exclusivamente hospitalar.

Este trabalho teve foco na análise dos protocolos de emprego do Sv Sau no âmbito das Op GLO. Portanto a coleta de dados foi dividida em duas vertentes:

c. Operações de garantia da lei e da ordem; e

d. Protocolos de atendimento médico pré-hospitalar no âmbito do Exército.

Na primeira vertente a coleta de dados se baseou nos principais documentos que definem o conceito, objetivo, missão, atividades e peculiaridades das Op GLO tais como: Portaria Normativa nº 186/md, de 31 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a publicação “Garantia da Lei e da Ordem”. (MD33-M-10); e Manual de Campanha EB70-MC-10.238 Logística Militar Terrestre, 1ª Edição, 2018.

Já na segunda vertente foram utilizados para coleta de dados os manuais de campanha do Exército pertinentes, como Manual de Campanha EB70-MC-10.343 Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico, 1ª Edição, 2020; bem como demais protocolos de atendimento de origem militar e também civil para fins de comparação.

3. DESENVOLVIMENTO

Este capítulo se divide em três seções sendo a primeira focada nos tipos de Op GLO, a segunda consiste em um compilado de manuais, guias e protocolos de atendimento de saúde, civis e militares, que, em conjunto com seção anterior, servirá de subsídio para a análise da sua aplicabilidade para a finalidade em questão. Por fim, como resultado na contraposição dos pontos analisados, será discutida a viabilidade do aproveitamento da literatura existente como protocolos a serem utilizados nas Op GLO.

3.1 Operações de Garantia da Lei e da Ordem

As Op GLO ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem e são ordenadas pela Presidência da República. São regulamentadas pela Constituição Federal, em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001 e concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade conforme regulamenta a Constituição Federal de 1988.

A ação do Exército ou das Forças Armadas combinadas é episódica e em área restrita nas Op GLO, buscando a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições conforme regulamenta a Constituição Federal de 1988.

As Forças Armadas vem sendo cada vez mais utilizadas na Garantia da Lei e da Ordem, por exemplo, em operações de pacificação do Governo estadual em diferentes comunidades do Rio de Janeiro, mas também em outras formas de garantia da ordem pública como durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro (Rio + 20), em 2012; na Copa das Confederações da FIFA e na visita do Papa Francisco a Aparecida (SP) e ao Rio de Janeiro durante a Jornada Mundial da Juventude, em 2013; na Copa do Mundo 2014 e nos Jogos Olímpicos Rio 2016, e por último, as Op GLO asseguram os processos eleitorais, como previsto na Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999, em atribuições subsidiárias das Forças Armadas.

O Manual de GLO objetiva padronizar as rotinas e servir de instrumento educativo e de doutrinação para as forças preparadas para atuar nesse tipo de ação. Mas de uma forma geral não se encontra um material específico voltado para a atuação do profissional de saúde do exército em Op GLO (Ministério da Defesa, 2014).

3.1.1 Classificação das Op GLO

A tabela 1 elenca os tipos de Operações GLO, relacionando aos respectivos amparos legais:

Tabela 1 - Classificação das Operações GLO

TIPO	DEFINIÇÕES
Violência Urbana	De acordo com o Art. 15 da Lei Complementar (LC) 97/99.
Greve da Polícia Militar	
Outras (ações referentes a questões indígenas, segurança de instalações de interesse nacional etc.)	
Segurança de Eventos	De acordo com o Art. 5 da Decreto nº 3.897/2001
Garantia da Votação e Apuração	De acordo com o Código Eleitoral Brasileiro

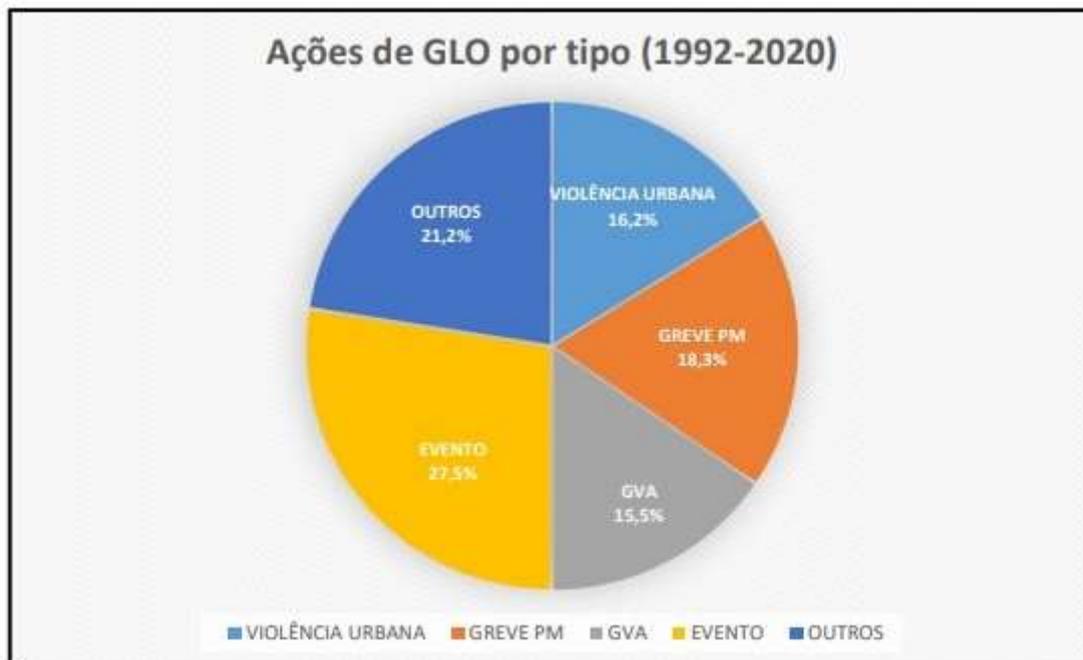
(Fonte: Ministério da Defesa - https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1.metodologiaa_dea_estudo.pdf)

Tabela 2 - Ocorrência de GLO por tipo

TIPO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
VIOLÊNCIA URBANA	23	16,2%
GREVE PM	26	18,3%
GVA	22	15,5%
EVENTO	39	27,5%
OUTROS	32	22,5%
	142	100%

(Fonte: Ministério da Defesa - https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1.metodologiaa_dea_estudo.pdf)

Figura 1 - Ocorrência de GLO por tipo



(Fonte: Ministério

rio da Defesa - https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1.metodologiaa_dea_estudo.pdf)

3.2 Manuais, Guias e Protocolos de Atendimento de Saúde

3.2.1 Manual De Campanha Atendimento Pré-hospitalar (Aph) Básico 2020

O Manual de Campanha Atendimento Pré-hospitalar (APH) Básico publicado em 2020 revoga o Manual de Campanha Primeiro Socorro, 2ª Edição, de 1962 e determina condutas no Atendimento Pré-Hospitalar (APH) básico e os procedimentos que podem ser realizados pelo próprio ferido ou companheiros até a chegada do socorro do Serviço de Saúde. Este documento compreende instruções sobre salvamento e métodos para preservação da vida, tais como: oferecer e manter a permeabilidade das vias aéreas; promover uma satisfatória ventilação pulmonar; controlar hemorragias; prevenir o choque; e tratar os ferimentos e preparar o ferido para a evacuação. O manual também apresenta brevemente a fisiopatologia do trauma e suas consequências. Por fim, para facilitar o entendimento, quando relevante, faz uso de esquemas, ilustrações e fotos e de mnemônicos como o ABCDE (airway, breathing, circulation, disability, exposure), focando na diferença entre viver ou morrer, invalidez temporária e definitiva e entre uma vida de produtividade e uma vida de dependência. O seu

conteúdo é baseado no PHTLS (Prehospital Trauma Life Support), uma versão pré-hospitalar do ATLS (Advanced Trauma Life Support), que foi criado na década de 80 pelo Dr. McSwain com o apoio da Escola de Medicina da Universidade de Tulane, em Nova Orleans, Louisiana, EUA. Este material mostra-se abrangente e atualizado, contemplando a grande maioria das possibilidades desde o atendimento inicial pelo próprio militar até orientar a evacuação do ferido de maior complexidade; desde um acidente com animal ou situação inóspita até primeiros socorros na Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) encontradas de ferimentos e situações possíveis nas mais diversas operações de GLO.

A Tabela 2 faz a contraposição entre os atendimentos pré-hospitalar militar e convencional. Nota-se que o APH Militar diferencia-se do APH Convencional por diversas questões como segurança da área, acesso a ressuprimento de material básico, distância de estruturas hospitalares, tempo de evacuação prolongado, entre outros.

Tabela 2 - Diferenças entre o APH Militar e o Convencional

DIFERENÇAS ENTRE O APH MILITAR E O CONVENCIONAL	
Militar	Convencional
Grande número de baixas	Número de baixas limitado
Poucos recursos disponíveis	Disponibilidade de recursos
Atuação em áreas não seguras	Atuação em áreas seguras
Suprimento limitado	Possibilidade de reposição de suprimento
Socorrista isolado	Equipe de socorro
Fase pré-hospitalar estendida	Fase pré hospitalar rápida
Tempo de evacuação incerto ou prolongado	Tempo de evacuação em curto período

Fonte: Manual de Campanha Atendimento Pré-hospitalar Básico

3.2.1 Army Medical Support For Peace And Humanitarian Operations

O relatório do Exército Estadunidense examina questões que confrontam o Exército dos EUA e o Exército Departamento Médico (AMEDD) no fornecimento de apoio médico para "operações que não sejam guerra" (OOTW) - uma ampla gama de missões, incluindo manutenção da paz, aplicação da paz, assistência humanitária, assistência a desastres e assistência nacional, entre outros desde o final da Guerra Fria. O texto analisa a experiência médica militar dos EUA com vários estudos recentes, concentrando-se principalmente na missão UNPROFOR no Balcãs e a operação na Somália. Identifica os recursos especiais do apoio médico em tais operações (distinto do apoio a operações de combate) e questões exclusivas para apoiar uma força multinacional como parte de uma coalizão. Também apresenta sugestões para melhorar a capacidade de responder a essas operações minimizando seu impacto sobre o missão de prontidão do Exército Estadunidense (Army Medical Support For Peace And Humanitarian Operations, 1996).

O estudo foi conduzido no Programa de Mão-de-Obra e Treinamento do Arroyo Center da RAND, um centro de pesquisa e desenvolvimento financiado pelo governo federal patrocinado pela Exército Estadunidense.

Apesar deste documento não apresentar protocolos de atendimento, a situação que ele aborda tem grande correlação com as Op GLO uma vez que considera as situação de "não-Guerra". Deste modo, as questões trazidas por ele são relevantes para a análise da atuação do Serviço de Saúde nas operações de garantia da lei e da ordem, embora não diretamente empregáveis.

3.2.2 Manual de Campanha Batalhão de Saúde

O manual apresenta conceitos e estruturas referentes ao emprego do Batalhão de Saúde (B Sau) no apoio às operações da F Ter, em emprego singular ou às forças componentes (F Cte) de forma conjunta; nas situações de guerra e não guerra, nos níveis operacional e tático. O manual é direcionado ao pessoal de saúde para atuação em operações, inclusive não guerra, como as Op GLO. Trata-se um manual experimental que objetiva validar na prática, a exequibilidade e a eficácia de conceitos, táticas, técnicas, procedimentos e estruturas que se desejam incorporar à doutrina da F Ter. Preconiza-se sua utilização em exercícios

e nos diversos estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro. (Manual de Campanha Batalhão de Saúde, 2020)

3.2.3 Manual De Campanha Logística Militar Terrestre

O Manual de Campanha apresenta as concepções da Logística no âmbito do Exército Brasileiro com a amplitude doutrinária nos níveis estratégico, operacional e tático. A Logística deve atender às operações de amplo espectro, sendo pautada pela flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade, adequando aos múltiplos cenários. Deve, ainda, ter como princípios a gestão das informações, distribuição, precisão e presteza, além, da capacitação continuada dos recursos humanos. O planejamento logístico, integrado e sincronizado com o planejamento de emprego da F Ter tem por objetivo manter a prontidão operativa e aumentar o Poder de Combate (P Cmb) da força apoiada em todo o espaço da batalha. Para tanto, a Doutrina Militar Terrestre estabelece os princípios a serem observados, sendo eles, a *antecipação, integração, resiliência, responsividade e visibilidade*. Inclusive, considera-se a evolução de uma situação de paz para a de guerra/conflito armado, situação que deve ser cogitada em Operação de Garantia da Lei e da Ordem, como descrito no Manual de Campanha Logística Militar Terrestre, 2018.

3.2.4 Diretriz de Atendimento Pré Hospitalar Tático do Ministério da Defesa

A Diretriz de Atendimento Pré Hospitalar Tático do Ministério da Defesa foi regulada pela Portaria Normativa nº 16/MD, de 12 de abril de 2018, onde tem por finalidade regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade. O APH tático é o atendimento de emergência pré-hospitalar específico de situações táticas, combate militar ou, ainda, envolvendo militares feridos a serem resgatados em áreas inóspitas. Prepara os militares para atuarem no cenário de operação real, como operações militares de vigilância em fronteira, GLO, missões de paz e diversas outras, nas quais os militares precisam atuar para zelar a vida, seja dele mesmo ou de terceiro, como preconizado na Diretriz de Atendimento Pré Hospitalar Tático do Ministério da Defesa, de 12 de abril de 2018.

1.2 Discussão

Nesta pesquisa não foi encontrada documentação estatística dos tipos de atendimentos médicos mais frequentes nas operações de GLO. Da análise dos tipos de GLO elencadas no item 3.1 foram vislumbrados aos seguintes causas mais prováveis:

Tabela 3 - Principais causas de necessidade de atendimento médico em Op GLO

Causas traumáticas	Causas clínicas
Lesões por projéteis de arma de fogo	Distúrbios respiratórios
Acidentes em deslocamento motorizado	Distúrbios cardíacos
Explosões	Distúrbios do calor
Agentes DQBRN	Distúrbios químicos, biológicos, radiológicos e nucleares

(Fonte: Manual de Campanha EB70-MC-10.343 Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico, 1ª Edição, 2020)

As causas apresentadas acima podem ter como consequência, principalmente, as seguintes situações que exigem condutas relacionadas a seguir:

1. Trauma de cabeça;
2. Trauma de coluna vertebral;
3. Trauma torácico;
4. Trauma abdominal;
5. Fraturas;
6. Choque
7. Lesão por Queimaduras
8. Trauma no olho e na órbita
9. Distúrbios relacionados ao calor e frio

Estas situações têm suas condutas bem estabelecidas no Manual de Campanha atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico EB70-MC10.343, publicado em 3 de abril de 2020.

O manual supracitado preconiza desde a análise do cenário levando em conta a segurança da equipe de atendimento e da vítima, a causa da lesão, como o entorno pode afetar o atendimento, o quantitativo de casualidades e os equipamentos necessários; explana a sequência XABCDE, baseado em protocolo internacional de *Pre-hospitalar trauma life support* (PHTLS), que padroniza o atendimento à vítima de trauma, abordando o tratamento de hemorragias exsanguinantes, tratamento das vias aéreas e estabilização da coluna cervical, cuidados com a ventilação, controle de hemorragias e parada cardiorrespiratória, avaliação neurológica e inspeção minuciosa da vítima para reavaliação e controle da temperatura. O MC APH, ainda, considera situações peculiares como o atendimento em situações de atendimento sob fogo, atendimento em campo tático e em evacuação.

4. CONCLUSÃO

Com base nos resultados apontados pela presente pesquisa é possível concluir que os protocolos que norteiam o serviço de saúde em operações militares, também, atendem as Op de GLO, já que apresentam uma construção que contempla as mais diversas situações que, com o treinamento adequado, podem ser adaptadas para as necessidade emergentes. Mais especificamente protocolos de APH, APH militar e APH tático vem sendo empregados ao longo dos anos no treinamento e confecção de manuais utilizados pelo Exército nas Op de GLO com sucesso ao salvaguardar a vida humana e prover a estabilização para a evacuação até o suporte médico adequado.

Apesar da grande variedade de condições e diferentes demandas de atendimento de saúde nas operações, a literatura já existente satisfaz as orientações necessárias ao pessoal de saúde, sendo necessário sua ampla difusão, considerando que nem sempre haverá um profissional da área de saúde disponível em tempo hábil para realizar os procedimentos iniciais. Vale destacar que o Manual de Campanha atendimento Pré- Hospitalar (APH) Básico EB70-MC10.343, em especial, que foi publicado durante o decorrer desta pesquisa, mostrou-se bastante abrangente, alinhado com protocolos internacionais e contemplando as mais diversas situações. Nota-se, portanto, que a literatura existente atende a necessidade questionada inicialmente neste estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 97**, De 9 de Junho de 1999 (Alterada Pela Lc Nº 117, de 2 de Setembro de 2004 e Lc Nº 136, de 25 de Agosto de 2010). Dispõe sobre as Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa - **Decreto 6.703/ 2008**: Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 18 De Dezembro De 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz De Atendimento Pré-Hospitalar Tático**. Portaria Normativa nº16/MD, Brasília, DF: 12 de Abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Histórico de Operações de GLO 1992-2020** - Site do Ministério da Defesa - Chefia de Operações Conjuntas Subchefia de Operações Seção de Operações Complementares – 2020

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico**, Eb70-Mc-10.343 1ª Edição, Brasília, DF: COTER, 2020

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Batalhão de Saúde**, Eb70-Mc-10.351, Edição Experimental, Brasília, DF: COTER, 2020

BRASIL. Ministério da Defesa. Eb70-Mc-10.238 **Manual de Campanha Logística Militar Terrestre** , 1ª Edição, Brasília, DF: EME, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha - Operação de Garantia da Lei e da Ordem** - Eb70-Mc-10.242, 1ª Edição, Brasília, DF: COTER, 2018

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Garantia da Lei e da Ordem** - Md33-M-

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa N.186/MD, Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014.

Carvalho, Monique do Amaral Goldoni de. **O Emprego Da Saúde Nas Operações De Segurança De Grandes Eventos: Uma Análise Do Apoio De Saúde Aos Jogos Olímpicos E Paraolímpicos Rio 2016**. Rio De Janeiro, 2018

Dória, Alexandre José Gomes. **Lições Aprendidas E Os Modelos De Emprego Das Forças Armadas Em Operações De Glo**. 2018 - Trabalho De Conclusão De Curso (Especialização Em Ciências Militares) - Escola De Comando E Estado-Maior Do Exército, Rio De Janeiro, 2018

Manual Do Atls, **Suporte Avançado De Vida No Trauma Para Médicos**. Colégio Americano De Cirurgiões - Comitê Do Trauma, Eua, 2008